

Inflação e cartéis

28 AGO 1989

Eduardo Chuahy*

JORNAL DO BRASIL

A economia brasileira enfrenta uma de suas piores crises nos tempos modernos e poucos discordam de que para vencê-la, para superá-la, é essencial combater a inflação, controlar o déficit público e dar transparência às atividades da máquina estatal. O que muitos parecem não perceber, porém, é que uma das maneiras de alcançar tais objetivos é enfraquecer o poderio dos oligopólios que controlam alguns dos mais importantes setores produtivos de nossa economia. Estes atuam como verdadeiros cartéis e impõem aos que compram seus produtos e serviços preços exorbitantes, inteiramente desvinculados dos custos de produção.

Essa prática danosa contribui, é claro, para alimentar a inflação. Quando o cliente é o setor público, a aquisição de bens e serviços, por preços bem superiores aos considerados normais, provoca o crescimento desnecessário de nosso gigantesco déficit público. Assim agem, por exemplo, as grandes empreiteiras que, escudadas em estruturas montadas junto ao nosso Estado cartorial, ao longo das últimas décadas, conseguem atuar cristalizando seus privilégios. Ditam normas e preços, organizados num cartel oneroso ao povo brasileiro.

Isto se verifica na elaboração das políticas públicas, selecionando projetos, priorizando investimentos, vinculando financiamentos a projetos de seu interesse e, o mais grave, elaborando editais excludentes. Tudo estruturado sob a proteção de uma aristocracia burocrática distribuída pelos setores do Executivo e de parlamentares amigos.

O desprezo pela economia de mercado por parte destes grupos é surpreendente. É fundamental a mudança das regras do jogo. É indispensável a democratização das concorrências públicas, permitindo às pequenas e médias empreiteiras participarem em pé de igualdade com os grandes grupos, que, já há muito tempo, loteam as obras públicas entre si, deixando às empresas de menor porte uma ínfima parcela.

Só assim será possível evitar escândalos como o da concorrência da Ferrovia Norte-Sul, denunciado pelo jornalista Jânio de Freitas, em que, a divisão dos 18 lotes que compunham a obra já tinha sido acertada entre as grandes empreiteiras, muito antes de ser anunciado o resultado da "concorrência". Só assim será viável evitar a repetição de casos como o do projeto Marajó, em que obras da Cedae a serem realizadas pelo governo do Estado iriam custar, pelo menos, três vezes mais do que deveriam e, cujo esquema inicial se pretende ainda continuar. Só assim será factível evitar que as grandes emprei-

teiras direcionem as prioridades de obras, impondo-as ao setor público, conforme seus interesses privados.

A transparência das concorrências públicas evitará que as grandes empreiteiras ganhem o direito de realizar obras faraônicas e desnecessárias, graças ao poder de persuasão do "Cartel", que se utiliza de toda a sorte de abordagens e de gestões, junto à casta governante, não medindo esforços para beneficiar estes que são os responsáveis por seus privilégios intocáveis.

Um país que pretende caminhar para a democracia plena, uma nação em que o povo cobra dos governantes honestidade e austeridade, uma sociedade que deseja conhecer os caminhos que percorrem os dinheiros públicos, não pode conviver com tais práticas. Para evitá-las, para eliminá-las, é indispensável o fim da "sociedade" lucrativa e lamentável entre a casta governante, legisladores de interesses privados e empresários que substituem a concorrência saudável e legítima pelos métodos cartoriais e antidemocráticos: É essencial, enfim, não permitir que as grandes empreiteiras se apropriem dos recursos públicos, como se estes fossem um item de seu patrimônio privado, sem o menor cuidado com as questões de interesse nacional.

Para se ter uma idéia do poderio alcançado pelas grandes empreiteiras, basta dizer que, em 1987, as cinco maiores tiveram um faturamento correspondendo a 1,3% do PIB. Enquanto isso, as vendas dos cinco maiores grupos industriais não passaram de 0,7% do PIB. Além disso, no período de 1973/1987, o faturamento real das empreiteiras apresentou avanços espantosos. Os índices variaram de 195% a 835% (acima da inflação, note-se). O faturamento das "cinco irmãs" da construção pesada representava, em 1979, cerca de 38% de todo o setor. Tal participação subiu para 47,3%, em 1987. E mais: o faturamento das cinco grandes chegou, em 1987, a NCR\$ 174,6 milhões — superando o de todas as pequenas e médias empreiteiras. Prevê-se que no ano de 1989 abocanhariam 60% do faturamento do setor.

O Brasil moderno exige mecanismos mais democráticos de relacionamento entre o setor público e o empresariado, permitindo o fim destes tipos de monopólio que não trazem ao país nenhuma contribuição expressiva, esmagam o mercado e colaboram com a degradação moral e financeira do Estado brasileiro.

Numa hora em que se fala tanto em privatização devemos começar pela "privatização" das obras públicas.

* Secretário de Fazenda do Município do Rio de Janeiro